



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS MARECHAL DEODORO

TERMO DE CONTRATO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

PROCESSO Nº:
UASG Nº: 158380
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 08/2018

PUBLICADO DOU
nº 11, de 16/01/2019
Pág. 69, Seção 3

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº **12/2018/CAMPUS MARECHAL
DEODORO/IFAL**, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO
FEDERAL DE ALAGOAS/CAMPUS MARECHAL
DEODORO E A EMPRESA **ELPIDIO ISAAC DE
MACEDO NETO DEDETIZADORA - ME**.

O INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - CAMPUS MARECHAL DEODORO, com sede na Rua Lourival Alfredo, 176, Poeira, na cidade de Marechal Deodoro/Alagoas, CEP: 57.160-000, inscrito no CNPJ sob o nº 10.825.373/0002-36, neste ato representado pela sua Diretora Geral, Sra. **MARÍLIA COSTA GOIS**, nomeada pela Portaria nº 995/2010, de 05 de agosto de 2010, inscrito(a) no CPF nº 349.047.354-04, portadora da Carteira de Identidade nº 370355410, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **Elpidio Isaac de Macedo Neto Detetizadora** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 17.764.046/0001-80, sediado(a) na Rua Joaquim Távora de nº 93, Apt 02 no Bairro Santo Antônio, Garanhuns - PE, CEP 55.295-410, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **Elpidio Isaac de Macedo Neto**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 9157488, expedida pela (o) SDS/PE, e CPF nº 025.806.094-82, tendo em vista o que consta no Processo nº 23041.042055/2018-43 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 08/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de Empresa especializada em **Controle e Prevenção de Pragas – Serviços de desinsetização, desratização, descupinização, desmorcegação** pelo período de 12 (doze) meses, com fornecimento de todo o material a ser utilizado, nos ambientes do IFAL – Campus Marechal Deodoro, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.3 . Objeto da contratação:**

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1	Serviço	Controle e Prevenção mensal de Pragas – Serviços de desinsetização, desratização, descupinização, desmorcegação , pelo período de 12 (doze) meses, com fornecimento de todo o material a ser utilizado, nos ambientes do IFAL – <i>Campus Marechal Deodoro</i> .	R\$ 17.700,00

2 . CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 . O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 (doze) meses**, como fixado no Edital, com início na data de 16/01/2019 e encerramento em 16/01/2020, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1 . Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2 . Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3 . Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4 . Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5 . Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6 . Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

2.1.7 . Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.8 . A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2 . A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3 . CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 . O valor mensal da contratação é de **R\$ 1.475,00 (Um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais)**, perfazendo o valor total de **R\$ 17.700,00 (dezessete mil, setecentos reais)**.

3.2 . No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4 . CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 . As despesas oriundas desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2018, classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26402/158380

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 108890

Elemento de Despesa: 339039-78

PI: L0000P0151N

4.2 . No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5 . CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 . O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.



6 . CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 . O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** apurado e divulgado pelo IBGE. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7 . CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 . A CONTRATADA prestará garantia no valor de **R\$ 885,00 (Oitocentos e oitenta e cinco reais)** correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na modalidade de sua opção, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, observadas as condições previstas no Edital, com validade durante a execução do contrato e de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

8 . CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 . O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9 . CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 . As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10 . CLÁUSULA DÉCIMA – EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 . Para cada tipo de praga a ser controlada e ou exterminada deverá ser aplicada uma técnica específica, que deverá ser precedida sempre por uma minuciosa inspeção em toda área a ser tratada, procurando não só dimensionar a gravidade e nível das infestações como identificar a espécie, sua origem e motivo pelo qual está presente, para então adequar o melhor sistema e produto a serem utilizados.

10.2 . Desinsetização:

10.2.1 . Deverá ser empregado no combate a moscas, mosquitos, pernilongos, traças, baratas, formigas, pulgas e outros insetos voadores e rasteiros. As aplicações serão executadas associando os sistemas pulverização, gel, termonebulizador, atomizador, larvicidas, pó químico e/ou outros métodos eficientes desenvolvidos após esta contratação.

10.2.1.1 . Pulverização: espargimento de composto de produtos químicos específicos para cada praga, devidamente preparados e apropriados para cada local;

10.2.1.2 . Gel inseticida: aplicação de inseticida específico, por meio de depósito de pequenas gotas, em pontos estratégicos, tais como frestas, trilhas, mobiliários, equipamentos eletrônicos, embaixo de bancadas e atrás de quadros, com a finalidade de atrair e eliminar os insetos por ingestão;

10.2.1.3 . “Fog” ou Termonebulização: aplicação de produtos químicos específicos, através da utilização de termonebulizadores, que queimam a calda inseticida composta pelo praguicida diluído em derivados de petróleo com combustão retardada, e simultaneamente lançam a fumaça no ambiente a ser desinsetizado, eliminando os insetos adultos durante o voo;

10.2.1.4 . Atomizador: aplicação de inseticida por atomizadores a frio, com maior poder residual que o método “Fog”, e que adere às paredes e vegetação, onde os insetos pousam e morrem;

10.2.1.5 . Larvicidas: aplicação de inseticida granulado nos prováveis criadouros de mosquitos;

10.2.1.6 . Pó Químico: polvilhamento de inseticida inodoro e com alto poder de extermínio, em toda a área a ser combatida e controlada.

10.3 . Desratização: aplicação de raticida em forma de iscas granuladas, parafinadas, em cubos e pó de contato em pontos estratégicos de tocas, ninheiras e passagem de roedores. O material a ser utilizado deverá ser eficaz, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos envenenados, bem como não permitindo que os ratos, depois de mortos, vão à putrefação, exalando mau cheiro ou venham a causar entupimentos nas tubulações.

10.3.1 . No caso de ocorrer a putrefação de roedores, em locais de difícil acesso, a empresa será acionada para a retirada desses roedores.



10.4 . Descupinização e controle de brocas de madeira: pulverização, pincelamento, injeção ou polvilhamento de produtos químicos específicos, de ação residual prolongada, nos pontos infestados por cupins e brocas de madeira, eliminando-os e formando uma barreira química protetora como forma de prevenção.

10.4.1 . Desmorcegação: No caso de morcegos, a futura CONTRATADA deverá usar produtos repelentes e autorizados pela ANVISA, com capacidade de desalojá-los, sem eliminá-los, uma vez que a eliminação dos mesmos é proibida por lei. Assim, deverá realizar aplicação de gel repelente específico, nos locais onde ficam os morcegos (ninhos, poleiros e forros em geral).

11 . CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 . As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12 . CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1 . O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.2 . Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

12.3 . A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/1993.

12.4 . O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

12.4.1 . Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 . Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 . Indenização e multas.

13 . CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1 . É vedado à CONTRATADA:

13.1.1 . Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2 . Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14 . CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 . Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

14.2 . A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 . As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15 . CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

15.1 . É vedada, no âmbito do IFAL, a prestação de serviços por familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança por intermédio da contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, nos termos do art. 7º do Decreto nº. 7.203/2010.

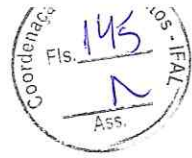
15.2 . Aplicam-se ao presente contrato, no que couber, as demais disposições normativas do Decreto nº. 7.203/2010, que trata da vedação do nepotismo no âmbito da Administração pública federal.

16 . CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS

16.1 . Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17 . CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 . Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



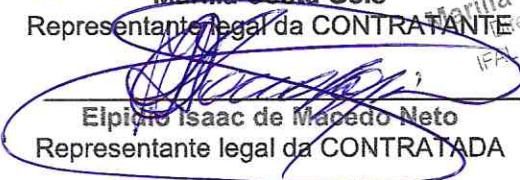
18 . CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 . Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Alagoas – Justiça federal (Sede - Maceió), para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Marechal Deodoro/AL, 15 de Janeiro de 2019.


Marília Costa Gois
Representante legal da CONTRATANTE


Elpidio Isaac de Macedo Neto
Representante legal da CONTRATADA

17.764.046/0001-80
Elpidio Isaac de Macedo Neto
Diretor

*Marília Costa Gois
Diretora Geral
IFAL - Campus MD*

Testemunhas:

- 1- Joyce mikaelle marques dos Santos CPF 715.392.664-00
- 2- Sebastião Joia M. de Araújo CPF 104.511.114-78